

O efeito de sentido da ausência de sentido: a sobra do discurso pedagógico em dissertações da AD

The meaning effect of the absence of meaning: the remains of pedagogical discourse in DA's master thesis

Rafaela Ramos da Silva Neves¹

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

rafaramos0612@gmail.com

RESUMO: O objetivo é investigar a emergência do discurso pedagógico na escrita acadêmica de dissertações desenvolvidas no âmbito da Análise do Discurso francesa. Tal efeito consiste no predomínio da paráfrase sobre a polissemia, isto é, na manutenção de uma forma sedimentada de discurso em detrimento da operação de deslocamento sobre esse mesmo discurso. Por meio de duas dissertações retiradas dos acervos da UNICAMP e da UFSC, identificamos que a irrupção desse tipo discursivo sugere um sujeito que, ao escrever a partir da posição-sujeito aluno de pós-graduação, tem seu dizer engessado por anterioridades discursivas que apontam tanto para condições de produção alheias à universidade quanto para aquelas que se desdobram no interior desta. Tais anterioridades impactam o dizer do sujeito, já que encontra dificuldade em se inscrever em seu processo de pesquisa, desembocando em um efeito de sentido carente de sentido, pois o aparecimento de um dizer circular indica a dificuldade em operar um gesto próximo do polissêmico, ou seja, em articular esse dizer àquilo que se propôs a pesquisar. Dito isso, o que está em jogo na escrita acadêmica que propicia um dizer que se constitui como um fim em si mesmo e não como algo articulado ao objeto de pesquisa?

Palavras-chave: Escrita acadêmica; Discurso pedagógico; Dissertação; Paráfrase; Polissemia.

ABSTRACT: The aim is to investigate the emergence of pedagogical discourse in academic writing of dissertations developed within the scope of French Discourse Analysis. This effect consists of the predominance of paraphrase over polysemy, that is, the maintenance of a sedimented form of discourse at the expense of the operation of displacement upon that same discourse. Through two dissertations drawn from the archives of UNICAMP and UFSC, we identified that the irruption of this discursive type suggests a subject who, when writing from the position of a postgraduate student, has their speech constrained by discursive anteriorities that point both to production conditions external to the university and to those unfolding within it. These anteriorities impact the subject's speech, as they encounter difficulty in inscribing themselves in their research process, resulting in a sense effect lacking in meaning, since the appearance of circular saying indicates the difficulty in performing a gesture close to polysemy, that is, in articulating this saying with what was proposed to research. With that said, what is at stake in

¹ Doutoranda em Linguística (Área de concentração: Linguística Aplicada) pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina. Professora efetiva na rede básica de ensino da Secretaria Estadual de Rondônia (Seduc-Ro).

academic writing that allows for a discourse that constitutes itself as an end in itself rather than something articulated with the object of research?

Keywords: Academic writing; Pedagogical discourse; Master thesis; Paraphrase; Polysemy.

A escrita acadêmica como palco para a tensão entre o mesmo e o novo

Pôr-se a escrever algo é sempre uma tarefa difícil, uma vez que se trata de uma operação que convoca o sujeito a realizar uma série de reflexões: por onde começar a escrever? Como adequar a escrita àquilo que seriam os parâmetros acadêmicos? Como inscrever o próprio dizer no interior de um arcabouço teórico que se mostra, muitas das vezes, explorado ao máximo? Além disso, parece se impor, ainda, a necessidade de se fazer útil e pertinente por meio de associações inéditas entre conceitos já existentes. Dito isso, a escrita acadêmica, como processo discursivo, parece demandar do sujeito a capacidade de operar deslocamentos sob o abrigo daquilo que se repete.

Por meio dessa operação, temos observado que a maneira pela qual o sujeito é interpelado por essas forças, aparentemente antagônicas entre si, proporciona diferentes efeitos de sentido. Isto é, a tensão entre o mesmo e o novo, que se faz presente no funcionamento dos discursos em geral, pode irromper de modo a contribuir, por um lado, com dizeres que, apesar da presença inevitável do já dito, avançam, ou, por outro lado, com dizeres estagnados. Dessa forma, a relação entre paráfrase e polissemia se mostra complexa, uma vez que o dizer, para fazer sentido, precisa recorrer ao que foi dito antes. Porém, caso se mantenha excessivamente preso a essa anterioridade, não será capaz de gerar sentido, pois a repetição exagerada indica um dizer “pego pelos lugares (dizeres) já estabelecidos, num imaginário em que sua memória não reverbera. Estaciona” (Orlandi, 2013, p. 52). Contudo, assumir a existência de discursos carentes de sentido não deixa de ser desafiador, já que “atender à necessidade de dizer configura um gesto polissêmico na medida em que denuncia que os sentidos e os sujeitos podem ser outros” (Orlandi, 2013, p. 38).

Dito isso, o discurso pedagógico (doravante DP) encontra campo fértil para se manifestar na escrita acadêmica, graças, entre outros pontos, ao modo como o sujeito se inscreve no interior do já dito. Por tender à paráfrase em detrimento da polissemia (Orlandi, 1987), o DP emerge, na maioria das vezes, como acontecimento discursivo no momento em que essa repetição se dá de maneira empírica, isto é, em que simplesmente se reproduz o que foi dito antes e em outro lugar sem haver transformação ou deslocamento de sentido (Orlandi, 1996).

É comum encontrar, por exemplo, em diversos trabalhos desenvolvidos no âmbito da AD, um sujeito preocupado em recuperar, em algum momento de seu texto, questões relativas ao contexto histórico e epistemológico em que a AD se constituiu e como isso se traduz na especificidade que essa disciplina possui em relação às demais. Verifica-se, também, nesses

mesmos trabalhos, a construção de um referencial teórico que será dispensado ao longo do texto e a presença massiva de citações sem, contudo, inscrever seu dizer no interior dessa operação. Isso evidencia um dizer circular, o que é próprio do DP, uma vez que o referente se encontra apagado, isto é, qual é a relação entre o que é dito com o que o sujeito se propôs efetivamente a pesquisar?

Ainda que a escrita acadêmica preveja a superação de um discurso circular (afinal, o dispositivo conceitual, nesse tipo de escrita, tem sua demanda justificada pela contribuição que exerce junto ao debate teórico), ela comporta uma relação estreita com o DP, já que se encontra inscrita em um processo de ensino-aprendizagem sobre o discurso da ciência (Senem, 2017). Nesse passo, vemos que o DP se encontra inscrito nas condições de produção desse tipo de escrita, cabendo ao sujeito, portanto, recorrer a esse já dito para poder enunciar a partir dele. Quando esse processo se dá de forma insuficiente, emerge o efeito de sentido de ausência de sentido que pode ser compreendido, em outras palavras, pela escrita acadêmica que mobiliza o campo em que se inscreve, pondo-o em relação a si mesmo e não em relação ao seu objeto de pesquisa.

Para investigar a maneira pela qual se dá a irrupção do pedagógico em dissertações da AD, recorreremos a duas pesquisas desenvolvidas no interior dos Programas de Pós-graduação em Linguística da UNICAMP e da UFSC com o intuito de saber como o atravessamento da escrita acadêmica pelo DP tem se dado e, em decorrência disso, se tem havido mudanças significativas na forma como o sujeito, na posição-sujeito aluno de pós-graduação, tem sido atravessado pelas forças parafrásticas e polissêmicas.

O discurso pedagógico: o imaginário atravessado pela voz do saber

Como ponto de partida para os desdobramentos que se seguirão, adotamos, em conformidade com Pêcheux (1997), a noção de discurso como efeito de sentidos entre interlocutores. É graças a essa concepção de discurso que nos autorizamos a pensar em um discurso destituído de sentido, pois se o sujeito, na posição-sujeito aluno de pós-graduação, mobiliza antecipações para dar conta de atender as exigências às quais ele acredita estar submetido, o analista, na posição de leitor-avaliador de um texto dado, também movimentará antecipações referentes ao texto e ao sujeito que o produziu. Essas antecipações se sustentam, entre outros pontos, em formações discursivas (FD's) conflitantes entre si: o sujeito, em sua posição de aluno de pós-graduação, mobiliza o referencial teórico da AD, talvez, com o intuito

de mostrar que aprendeu, ao passo que o sujeito leitor-avaliador de seu texto espera algo mais próximo do científico, ou seja, que este referencial esteja a serviço da investigação em torno de um objeto de pesquisa dado. Isso não significa dizer, contudo, que é possível traçar uma separação estanque entre essas FD's. Na verdade, o que se verifica é o contrário: em um mesmo espaço institucional e em um mesmo sujeito circulam diferentes FD's. No caso deste último, a posição que assume no discurso está de acordo com uma FD dada, o que também compõe o processo de significação, contribuindo para a constituição dos diferentes efeitos de sentido.

As antecipações mencionadas anteriormente dizem respeito ao jogo condizente das formações imaginárias do processo discursivo, as quais “designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e a outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (Pêcheux, 1997, p. 82). Para Pêcheux, esse funcionamento, próprio das condições de produção do discurso, abarca também o referente, ou seja, o objeto do discurso. Com isso, no âmago das antecipações – as quais Pêcheux representa como questionamentos que o sujeito, a partir de uma posição dada, faz – também participam os que se referem ao ponto de vista dos sujeitos sobre esse referente, a saber: “de que eu lhe falo assim?” e “de que ele me fala assim?”. Esse jogo de imagem é simbolizado, respectivamente, pelas fórmulas $I_A(R)$ e $I_B(R)$.

O teórico francês assinala, também, que as formações imaginárias são resultado de outros processos discursivos, os quais, ainda que possam ter parado de funcionar, viabilizam a emergência de “tomadas de posição” (Pêcheux, 1997, p. 85). Em outras palavras, o jogo das formações imaginárias funciona em conformidade com o já ouvido e o já dito.

Orlandi (1987), ao retomar a noção de formações imaginárias de Pêcheux para conceituar o discurso pedagógico, propõe que a imagem dominante deste é $I_B(R)$. Todavia, a autora reconhece que essa imagem não é permanente, na medida em que o professor pode ocupar um papel de destaque no seio dessa relação de imagens, o que oportuniza a emergência do esquema $I_A(A)$, isto é, a imagem que o professor faz de si mesmo. Isso demonstra que, embora tenha uma imagem dominante, o DP pode ser tensionado de modo a estar mais inclinado à paráfrase ou à polissemia.

As noções trazidas anteriormente estão em relação direta com o conceito de formação ideológica e desenvolvem, ao lado desta, um dos arcos conceituais caros à AD de vertente francesa. Nesse sentido, Pêcheux, em diálogo com o que propõe L. Althusser (1970), pensa tal noção como um “elemento [...] suscetível de intervir como uma força em confronto com outras na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento” (Pêcheux, 1997, p. 166). Além disso, no interior de uma formação ideológica dada, Pêcheux teoriza a existência de “um conjunto complexo de atitudes e representações” que se associa, segundo o

autor, a diferentes posições de classes conflitantes entre si. Esse conjunto, por sua vez, engloba, entre outros pontos, o discurso, o qual é compreendido como uma formação discursiva, responsável por circunscrever o que pode e deve ser dito (função que deriva de sua inscrição em uma relação de classes) e, também, por comportar as formações imaginárias.

Diante do que foi exposto, interessa-nos justamente o papel que a formação ideológica exerce junto às formações discursivas, o que nos conduz aos esquecimentos número 1 e número 2, os quais se referem, respectivamente, à crença do sujeito de ser a fonte do sentido e à ideia de dominar o que diz (Pêcheux, 1997). Ao passo que o esquecimento de número 2 é de ordem enunciativa (e, para Pêcheux, ocuparia uma região pré-consciente), o esquecimento de número 1 é de ordem ideológica e se “esvanece aos olhos do sujeito”, ou seja, manifesta-se como estando sempre lá. No caso desse último, ele designa, a um só tempo, o “outro” próprio do inconsciente e do ideológico. Nesse sentido, Pêcheux associa a atuação desse esquecimento tanto à interpelação ideológica do sujeito, o que justamente assegura a sua constituição enquanto tal, quanto ao fato de oportunizar a emergência do interdiscurso.

A noção de interdiscurso, por sua vez, se refere “ao todo complexo com dominante das formações discursivas” (Pêcheux, 1988, p. 162). Em outras palavras, ele alude ao espaço interseccional que estas constroem entre si. Porém, ao mesmo tempo que deve a sua existência a esse espaço, o interdiscurso é, também, responsável por estabelecer as regras que levam à composição dessas FD's, já que é no interior do interdiscurso que o já dito se encontra situado.

Se o interdiscurso comporta o já dito, retornamos ao fato de que o discurso do sujeito, justamente graças ao esquecimento número 1, se apresenta determinado, uma vez que a evocação do que se encontra dado está associado ao efeito de evidência e ao papel, portanto, da ideologia no discurso.

De acordo com o que foi dito, podemos teorizar a respeito do que propicia a emergência do DP na escrita acadêmica. Em primeiro lugar, devemos lembrar que o pedagógico se trata de um efeito de sentido entre interlocutores, e, portanto, do resultado do imaginário que atravessa esses sujeitos em interação. Como a operação das formações imaginárias se constitui por meio de um já dito, a tomada de posição que propicia pode corresponder a processos discursivos que, ainda que se refiram a outras condições de produção, continuam a ecoar e a impactar o processo de identificação dos sujeitos (e, obviamente, de produção de sentidos). Com isso, o sujeito, ainda que inscrito na posição-sujeito aluno de pós-graduação, ocupa o lugar institucional de aluno, o qual, assim como se verifica nas condições de produção da escola, atribui o saber legitimado ao professor. Esse saber, por sua vez, é “o pré-construído que recorta a memória do dizer na atualização do discurso pedagógico” (Lagazzi, 2015, p. 243). De acordo com Orlandi

(1986), no DP, dizer e saber se equivalem, e a figura responsável por encarnar tal equivalência é a do professor.

Nesse passo, em conformidade com o que foi assinalado anteriormente, a imagem dominante do DP ($I_B(R)$), que designa a imagem que o aluno faz do referente, pode ser esgarçada de modo a fazer com que ele se torne mais ou menos autoritário, isto é, quanto mais próximo da imagem que o professor teria do referente ($I_A(R)$), maior a probabilidade de haver o apagamento deste, já que o que sobressai nessa operação é a voz do saber.

Na escrita acadêmica, o resultado de tal operação se dá, portanto, pelo predomínio dessa voz do saber, isto é, de um dizer do outro (do professor, dos teóricos) sobre o dizer do próprio sujeito. Como este último não se encontra inscrito no interior dessa operação, a paráfrase é levada ao paroxismo, o que faz com o que o DP irrompa como esse efeito de sentido que não faz sentido, como podemos ver no excerto abaixo:

A partir do final dos anos 60, surge um novo campo acerca da linguagem, a análise do discurso (*sic*), que se propõe a refletir sobre o lugar do sujeito em sua produção discursiva. Para constituir sua base teórica, a AD se apropria, fundamentalmente, de três áreas de conhecimento: a Psicanálise, a Linguística e o Marxismo. Atravessada por conceitos psicanalíticos, a AD propõe-se a estudar um novo objeto no campo da linguística: o discurso. Apropriando-se de conceitos como o de Sujeito e o de grande Outro, a AD constrói a sua teoria sem ser absorvida por seus “mestres”, sendo rapidamente reconhecida por filósofos e historiadores, como uma disciplina fundamental para compreender a linguagem em toda a sua incompletude (D2, 2015, p. 48).

No fragmento acima (retirado de nosso *corpus*), há a presença de uma repetição empírica, como propõe Orlandi (1996), pois o sujeito reproduz o que parece já ter se tornado um lugar-comum sobre a AD, sem ter operado sobre ele nenhum tipo de deslocamento. A repetição empírica representa, assim, um mero exercício mnemônico, pois impossibilita “a inscrição do dizer no repetível histórico (interdiscurso), pois o sentido que não se historiciza é ininteligível, ininterpretável, incompreensível” (Orlandi, 1996, p. 70). O caráter ininteligível se deve ao fato de, embora ter destacado a história da formação dessa área do conhecimento humano, conforme a pesquisa se desdobra, o sujeito não retorna mais a essa informação e tampouco a aplica em sua análise de dados.

Nesse sentido, a resenha sobre a formação da AD, presente no trecho em análise, é a emergência de uma FD que parece sinalizar a necessidade de o sujeito mostrar que sabe, ou seja, de que foi capaz de falar sobre a disciplina em conformidade com o que se aprende, por exemplo, em cursos de introdução à AD em programas de pós-graduação em Linguística. Como

toda FD corresponde a uma formação ideológica, o DP emerge na escrita como esse sentido já lá.

Contudo, não podemos ignorar o fato de que a escrita acadêmica se estrutura, também, em conformidade com as antecipações decorrentes dessas formações imaginárias, visto que ela se orienta com o intuito de ser lida por alguém (como o orientador, por exemplo) e para circular no espaço acadêmico em gêneros prestigiados por esse meio, o que pode desencadear o processo acima descrito.

Ademais, vale assinalar que o sujeito, ao ser convocado a enunciar dentro da academia, é convidado, também, a interpretar, já que o gesto da interpretação sempre ocorre quando se está diante de um objeto simbólico. Porém, esse gesto é regulado: ele abre espaço para a atuação da ideologia (o efeito de sentido que se dá como evidente para o sujeito), ao mesmo tempo que assegura a instituição onde se dá esse gesto, distinguindo “como se interpreta, quem interpreta, em que condições” (Orlandi, 1996, p. 10).

Entretanto, conforme pontua Orlandi (1996), o gesto de interpretação não se traduz apenas como repetição. Na verdade, ele se ergue recorrendo à relação “entre a memória institucional (arquivo) e os efeitos da memória” (Orlandi, 1996, p. 20). A primeira leva ao congelamento dos sentidos, já a segunda oportuniza a sua possibilidade de deslocamento. Posto de outra forma, isso quer dizer que o sentido, para fazer sentido, precisa se inscrever “na ordem do repetível” que diz respeito ao interdiscurso.

O sujeito, na posição sujeito aluno de pós-graduação, encontra diante de si, portanto, um desafio: ele precisa que seu processo de escrita ponha em negociação o já dito para que seu dizer tenha sentido, ao mesmo tempo que precisa garantir o novo por meio dessa repetição para que sua escrita seja acadêmica de fato. Sob essa ótica, o DP, enquanto efeito de evidência de um sentido já lá, não constitui, em si, um problema, mas pode, *grosso modo*, tornar-se um quando o sujeito, ao tentar enunciar, talvez, em conformidade com o que acredita ser as expectativas da academia, faz com que o seu dizer se torne um espaço discursivo que garanta o dizer desta, mas não o seu de fato.

Análise de *corpus*: como o sujeito se inscreve (ou não) no interior do já dito?

Em nosso *corpus* de pesquisa, vemos sujeitos que, embora partam da mesma posição-sujeito, se inscrevem diferentemente no interior do já dito, o que leva à predominância do DP em um trabalho (o qual se faz sentir por meio de um dizer que assegura, sobretudo, o dizer

teórico, operando, portanto, uma dissociação entre teoria e análise), à medida que, no outro, ainda que esse tipo discursivo se faça presente, por conta das condições de produção da escrita acadêmica, ele emerge de forma a garantir o dizer do sujeito. Dito isso, vale sublinhar que nosso *corpus* se encontra organizado da seguinte forma: uma dissertação foi obtida a partir do repositório institucional da UNICAMP e uma a partir do acervo da UFSC. O trabalho desenvolvido na universidade paulista data de 1988, ao passo que a dissertação referente ao programa de pós-graduação da universidade UFSC data de 2015².

A nomenclatura atribuída a cada trabalho segue a ordem cronológica a que eles se encontram submetidos. Dessa forma, empregamos a inicial D (a qual funciona como abreviação para a palavra dissertação) e posicionamos ao lado dela uma numeração que indica a ordem de publicação das pesquisas. Portanto, a dissertação de 1988 será designada como D1, e a obra de 2015 será tratada como D2. A ordem de análise, contudo, não obedece a ordem de publicação dos trabalhos, mas a conveniência de nosso gesto de análise. Vale destacar, também, que optamos por adotar essa nomenclatura para preservar a identidade dos autores.

Em D2, vemos o cruzamento de dois campos do conhecimento humano: a AD e a Psicanálise lacaniana, pois o intuito do sujeito é analisar o caso Dora, de Freud, sob a ótica dos estudos discursivos e da hipótese dos quatro discursos de Lacan. Embora a aproximação entre essas duas áreas não seja, como se sabe, inédita, a tentativa de pô-las, mais uma vez, em contato evidencia um gesto do sujeito que poderia sugerir um ato polissêmico, já que o efeito de deslocamento em um texto científico não se restringe à formulação de informações inéditas, mas diz respeito, também, à capacidade do sujeito de estabelecer novos pontos de diálogo entre teorias já existentes.

Entretanto, não é isso que acontece no trabalho em questão: o sujeito se encontra apagado em diversos momentos, pois não é possível encontrar seu dizer inscrito nas inúmeras citações, paráfrases e retomadas histórico-epistemológicas da Linguística e da Psicanálise de Lacan. A prevalência de um dizer sedimentado se torna patente, inclusive, na estruturação de D2: se excluirmos as seções reservadas aos agradecimentos e aos resumos, temos 61 páginas destinadas à apresentação da teoria que sustenta a pesquisa, à proporção que a seção destinada à análise do caso Dora em si ocupa somente 12 páginas. Porém, apesar da mobilização de um dispositivo conceitual assentado tanto na AD quanto na Psicanálise, o gesto de análise não

² Nosso interesse recaiu especialmente sobre essas duas universidades, pois à UNICAMP se atribui o papel de referência nos estudos do campo discursivo, uma vez que a vertente pècheuxtiana da AD se instituiu lá, e, além disso, por nos interessar compreender como essa formação discursiva se espalhou para outras instituições, como a Universidade Federal de Santa Catarina, a qual participa de nosso *corpus* tanto para dar conta desse intuito quanto por ser a instituição a que somos filiados.

contempla, em momento algum, o que foi debatido no referencial teórico da dissertação. Para ilustrar o exposto, segue um excerto do trabalho em questão em que há a predominância desse dizer que se constitui, especialmente, por intermédio da citação indireta:

De acordo com Elia (2002), o discurso já não é, assim, nem equivalente nem coextensivo à linguagem. De modo geral, não se trata de refutar a importância da linguagem, nem mesmo reduzi-la, mas de incluir uma outra dimensão a esse campo. Segundo Souza (2008), quando Lacan afirma que “a essência da teoria psicanalítica é um discurso sem palavras” (p.101), ele vem sugerir que a estrutura do discurso não necessita somente de elementos verbalizados e nem sequer que se precise compreendê-la. De acordo com Coutinho Jorge (2008), os quatro discursos encontram-se num lugar entre no ensino de Lacan, pois não ocupam um lugar absolutamente simbólico, tampouco sustentam uma posição unicamente do real (D2, 2015, p. 20).

Esse fragmento é um exemplar do que encontramos de maneira significativa em D2: a predominância do discurso referido, isto é, o “fenômeno em que o discurso inclui outro discurso” (Paulillo, 1993, p. 25), por meio da citação, de modo a fazer com que a “linguagem seja mobilizada para reportar não o mundo, mas a própria linguagem” (Paulillo, 1993, p. 25). Paulillo destaca que o discurso referido não se trata de um acontecimento extraordinário na língua, fazendo-se presente, portanto, na discursividade cotidiana, devido ao fato de o sujeito não ser uno, mas atravessado por diferentes vozes e por diferentes discursos.

Para Paulillo (1993), diferentemente do que se verifica na citação direta, a citação indireta se estabelece recorrendo a uma imbricação maior entre o campo da enunciação citada e o da enunciação citante. No trecho em análise, por exemplo, não é possível saber se o período encabeçado por “de modo geral” pertenceria a Elia, sendo, portanto, uma continuação da paráfrase do que diz esse autor no período anterior, ou, se tratar-se-ia da voz do próprio autor da dissertação, que estaria parafraseando o teórico supracitado ou, na verdade, o próprio Lacan. Além disso, no período seguinte, há a presença de uma citação direta compondo uma construção sintática recorrente no discurso indireto³ (quando Lacan afirma que “a essência da teoria psicanalítica é um discurso sem palavras”), o que sugere a preservação, na íntegra, do que teria afirmado Lacan. Entretanto, não se pode afirmar isso com certeza, pois, ao recorrer a Souza para apresentar o que teriam sido palavras de Lacan, o trecho em aspas pode ser, na verdade, o comentário de Souza a respeito da teoria lacaniana. A referência à página de onde tal citação foi retirada tampouco esclarece esse mistério.

³ “[...] a forma clássica do discurso indireto é aquela onde o enunciado citado entra no campo do discurso citante como uma sentença encaixada” (Paulillo, 1993, p. 40).

No excerto em tela, a marca do dizer alheio se forma, predominantemente, por meio de uma estrutura sintática que posiciona, no início do período, incisos (de acordo com X, segundo X) sucedidos pelo discurso parafraseado. O efeito de sentido que tal estratégia enunciativa pode proporcionar é o “predomínio do dizer de quem cita sobre o daquele que é citado” (Paulillo, 1993, p. 40). Porém, na dissertação em análise, o amontoado de citações nesse estilo parece desembocar no efeito contrário, já que, no trecho em destaque, por exemplo, as citações são mobilizadas de forma a complementar a citação que as antecede e não para comprovar algo afirmado anteriormente pelo sujeito autor da dissertação. Isso gera um efeito de apagamento do objeto de discurso e uma dificuldade em se depreender do que exatamente se fala, já que as citações, nesse caso, estão a serviço do mero ventriloquismo do dizer teórico. Vale lembrar, inclusive, que o funcionamento discursivo marcado pela “anulação do conteúdo referencial”, fazendo com que “as palavras falem por si mesmas” (Orlandi, 1986, p. 18), alude ao discurso pedagógico.

Dito isso, o que se tem é a manifestação de um dizer circular que, ao “interromper o percurso do dizer” (Orlandi, 1986, p. 23) sacrifica o efeito de fecho, de unidade e, em decorrência disso, de responsabilização do sujeito pelo seu dizer no texto (Orlandi, 1996). Embora esses aspectos estejam em associação com a noção de autoria, eles são relevantes para pensarmos a escrita acadêmica perpassada pelo pedagógico, pois a vemos servindo como palco para a manifestação de uma mera repetição, que leva, como já afirmado, ao congelamento dos dizeres.

Já em D1, vemos que o seu objetivo é pesquisar o discurso jornalístico a respeito da Revolução de 30. Para tanto, o sujeito recorre a periódicos paulistas e a depoimentos de jornalistas cariocas contemporâneos a essa data com o intuito de “explicitar a relação mútua entre jornalismo político e a formação da memória histórica sobre a Revolução de 30” (D1, 1988, resumo). Uma vez que essa pesquisa se desenrola no momento em que a AD se consolidava como campo de pesquisa no Brasil (Baldini; Zoppi-Fontana, 2014), esperávamos encontrar, de forma semelhante ao que ainda se pode verificar nas dissertações atuais, um dizer sedimentado sobre a Análise do Discurso, que a retoma, sobretudo, como metalinguagem⁴, já que, em nosso imaginário, o discurso sobre a formação do campo seria justificável em um

⁴ A relação entre DP e a metalinguagem se dá, porque “o conhecimento do fato fica em segundo plano em relação ao conhecimento da metalinguagem, da forma de procedimento, da via de acesso ao fato. Na realidade, não há questão sobre o objeto do discurso, isto é, seu conteúdo referencial, apresentando-se assim um só caminho: o do saber institucionalizado, legal (ou legítimo, aquele que se deve ter). O conteúdo aí é a forma como réplica do conteúdo” (Orlandi, 1986, p. 19).

contexto em que ele ainda estivesse realmente se consolidando como tal nas instituições de ensino superior do país. Entretanto, deparamo-nos com o oposto disso, como se vê no recorte abaixo, em que o sujeito recorre a outro autor com o fito de chegar a uma designação do que seria o discurso jornalístico:

Para Trew, discurso é um campo onde se encontram juntos processos ideológicos e processos linguísticos. É interessante notar que Trew segue um caminho na utilização do termo discurso, que se origina tanto nos trabalhos de Foucault como nos de Harris (em *Discours Analysis*, 1952). No nosso entender, tal mescla de conceitos e teorias configura-se bastante complicada na medida em que a proposta contida no trabalho de Harris está centralizada na linha distribucionalista; não se fala, portanto, em semântica e, muito menos em ideologia. Seu mérito está em ser um trabalho pioneiro na área de análise de textos [...]. Por este motivo, torna-se ambíguo o trabalho de Trew: instala um modelo distribucional, partindo de premissas da linguística funcional para estudar a ideologia no discurso jornalístico. (D1, 1988, p. 8).

Em D1, diferentemente do que se vê em D2, vemos o sujeito recorrer, pontualmente, ao discurso indireto, por meio do emprego de um inciso (Para Trew), no primeiro período do parágrafo. Se, em D2, pelos motivos especificados anteriormente, essa forma de enunciar parece ter levado ao apagamento do sujeito que diz, em D1, ele parece estar a serviço do sujeito citante, o qual, inclusive, aparece inscrito no trecho sob investigação tanto por meio da instauração de uma dicotomia entre o dizer do teórico por ele citado e o que pensa sobre esse mesmo dizer (“Para Trew” está em oposição a “Nosso entender”, por exemplo) como pelo julgamento de valor que efetua a respeito do dispositivo conceitual mobilizado: “é interessante notar”, “tal mescla de conceitos configura-se bastante complicada”, “seu mérito está em ser um trabalho pioneiro”. Além disso, há a utilização de pronomes referentes à terceira pessoa do plural (nos, nosso, por exemplo), o que inscreve ainda mais o sujeito no interior de sua reflexão.

Temos em D1, portanto, um sujeito mais hábil em demandar a teoria e em casá-la com o objeto de estudo de sua pesquisa. Isso não significa dizer, contudo, que não haja, nesse exemplar, nenhum tipo de manifestação do DP, mas sim, que, mesmo que se faça presente, ele não está totalmente inclinado à paráfrase como em D2. Dito isso, diferentemente deste último, parece haver abertura polissêmica em D1, na medida em que, ao recorrer ao discurso indireto, o sujeito age na tentativa de dominar o referente, “dando-lhe uma direção, indicando perspectivas particularizantes, o que resulta na polissemia controlada” (Orlandi, 1986, p. 15), pois não há apagamento do referente, estando este último, na verdade, em disputa entre os interlocutores do discurso (Orlandi, 1986).

É importante sublinhar que ambos os sujeitos preservam uma maneira de escrever que atua em conformidade com os princípios da escrita acadêmica: predominância de formas verbais no modo indicativo e em seu tempo presente (Pereira, 2013). Quanto ao emprego das pessoas do discurso, porém, enquanto a escrita acadêmica privilegia a terceira pessoa do singular em sua forma impessoal, vemos que, em D1, o sujeito a abandona.

Essa maneira de escrever pretende alçar o dizer ao efeito de universalização, generalidade e neutralidade, aspectos valorizados pelo discurso científico, o qual atribui a esse processo a geração de um efeito de verdade (Pereira, 2013). Isso significa que o sujeito deveria distanciar-se do seu dizer para gerar um efeito científico. No entanto, em nosso *corpus*, é o oposto que se tem verificado: o sujeito pode, sim, se servir dessas estruturas, mas é importante, também, que ele tente evidenciar um movimento de negociação com o campo em que se encontra inscrito. No caso de D1, esse gesto se torna possível ao ele ter inserido, no interior do debate teórico, construções linguísticas que denotam seu posicionamento sobre o tema em debate, o que assegurou a interação entre teoria e aplicação teórica.

Temos, com isso, sujeitos que partem da mesma posição-sujeito, mas que se encontram inscritos de maneira diferente no interior das forças parafrásticas e polissêmicas que atravessam a escrita acadêmica: em D2 a paráfrase predomina, garantindo um dizer institucional que, ao não historicizar (Orlandi, 1996), se torna ininteligível, ou seja, oportuniza a aparição de um dizer cujo efeito de sentido é não fazer sentido. Esse aspecto pode emergir, como vimos, pelo imaginário do sujeito que é interpelado por outras condições de produção que ainda ecoam ou pelas condições de produção da universidade que (pre)ocupam o imaginário do sujeito ao fazer com que escreva com vistas a ser avaliado pelo professor-orientador e, adicionaríamos, pelas bancas de avaliação internas e externas à universidade. Já em D1, a polissemia se destaca, porque o sujeito recorre ao dizer do outro para inscrever seu dizer no interior deste (Braga, 2015). Com isso, arriscamos dizer que, em D2, temos a FD do pedagógico como determinante, e em D1, uma FD que, embora seja atravessada pelo DP, consegue estabelecer um maior ponto de contato com o discurso científico.

Assumimos que ambas as dissertações são atravessadas pelo DP, pois ele é um elemento constitutivo das condições de produção da escrita acadêmica, a qual funciona na confluência entre os discursos pedagógico, acadêmico e científico.

Para esclarecer esse ponto, precisamos ter em mente que, embora “o discurso da ciência constitua as práticas da escrita acadêmica” (Senem, 2017, p. 61), uma vez que deve lançar mão das estratégias discursivas que garantam a esse discurso o efeito de verdade por ele buscado, a escrita acadêmica é mobilizada em contextos em que o sujeito está aprendendo a produzir e a

difundir a ciência. Isso significa dizer que, apesar de haver convergências entre escrita acadêmica e discurso científico, essas aproximações se dão de forma mediada, e, no cerne dessa mediação, está o discurso acadêmico, o qual deve ser compreendido, segundo Senem (2017), como um discurso sobre a ciência, atravessado pelo discurso pedagógico. Nesse passo, o discurso acadêmico (DA) deve ser compreendido, em linhas gerais, como o discurso que conduz o sujeito ao discurso científico (DC).

Entretanto, a relação entre a escrita acadêmica e esses discursos pode se dar de maneira mais ou menos acentuada de acordo com as condições de produção dos textos acadêmicos e científicos. Por exemplo, para Senem (2017), no contexto de um laboratório acadêmico, o DA é influenciado pelo DC e pelo DP, ao passo que, uma monografia, ao inserir-se no DA, busca produzir o DC, mas é afetada pelo processo de ensino-aprendizagem. Já um artigo científico pode ou não estar influenciado pelo DP, dependendo do seu objetivo (ensino ou publicação científica). Dito isso, entendemos que as dissertações em análise se tratam de publicações que se inserem no DA, com vistas a alcançar o DC, mas são perpassadas pelo DP, já que o sujeito, por partir da posição-sujeito aluno de pós-graduação, está ainda se apropriando do saber e do fazer científico.

A confluência de diferentes discursos no interior da escrita acadêmica parece sugerir, como propõe Braga (2015), que ela se trata, na verdade, de uma “materialidade do lugar vazio por excelência, em que o sujeito que se inscreve ao escrever, ao mesmo tempo que desaparece, cava a abertura para a emergência do outro nesse mesmo lugar” (Braga, 2015, p. 129). Essa hipótese cabe em nossas reflexões, pois esse “outro” pode se referir aos diferentes discursos cujo funcionamento atravessa a escrita acadêmica, contribuindo para que o dizer do sujeito, especialmente, quando “se assume na posição de aluno universitário, esteja submetido aos já ditos das formulações desse lugar de produção do conhecimento” (Braga, 2015, p. 128).

Isso posto, o efeito de sentido da ausência de sentido que se deve a um dizer predominantemente parafrástico, desarticulado de seu referente, que recorre à metalinguagem, apagando, com isso, o dizer do sujeito autor da dissertação, fazendo com que se manifeste um discurso sedimentado em seu lugar, é resultado tanto de outras condições de produção que se atualizam na academia quanto das condições de produção desta, que atua tanto no eixo do ensino-aprendizagem quanto na prática científica em si.

O sujeito tem, então, o desafio de fazer com que a teoria sirva, “operando-a não na mera retomada de saberes, mas na mobilização do conhecimento para asseverar a produção do novo, inscrito não na circularidade, mas na ascendência” (Braga, 2015, p. 126). Isso constitui ponto caro à AD, cuja especificidade teórica e metodológica opera no batimento entre teoria e análise.

Considerações finais

O discurso pedagógico, enquanto acontecimento discursivo que irrompe na escrita acadêmica, mostra-nos que o sujeito, embora ocupante da posição-sujeito aluno de pós-graduação, pode encontrar dificuldades para fazer com que seu dizer faça sentido, isto é, para inscrevê-lo na ordem do repetível histórico. Dito isso, a emergência do pedagógico se faz sentir pela prevalência de um efeito de sentido carente de sentido na medida em que há a predominância da paráfrase em detrimento da polissemia, a qual deve ser compreendida, para os fins do presente artigo, como a articulação entre o campo teórico e o objeto de pesquisa de forma a se alcançar o novo no discurso.

Fruto do imaginário do sujeito que o posiciona no lugar daquele que precisa mostrar que aprendeu ou das condições de produção da escrita acadêmica? Apesar da disjuntiva, a reflexão em torno do DP deve levar ambos os aspectos em consideração já que se trata de uma prática discursiva complexa, que, além de comportar as duas possibilidades ao mesmo tempo, sugere um sujeito que ainda não se sente autorizado a falar como detentor do saber.

Essa conclusão foi possível na medida em que nosso *corpus* contou com duas dissertações, separadas por um longo espaço temporal e institucional, que serviram para que compreendêssemos, por meio da diferença entre ambas, como os sujeitos se inserem no interior do já dito e, portanto, como o DP emerge. Se, em D1, por exemplo, observamos uma abordagem que, apesar de comportar o pedagógico em suas condições de produção, mantém uma abertura para a polissemia e um engajamento maior com o objeto de estudo, sugerindo um sujeito mais hábil em estabelecer pontos de contato entre teoria e análise, em D2, vemos a prevalência da paráfrase, resultando em um apagamento significativo do objeto de pesquisa e um efeito de repetição que limita o avanço da teoria.

Por conta das limitações de espaço, não fomos capazes de nos aprofundarmos em outras questões, tais como a relação entre escrita acadêmica e discurso científico, o que configura ponto relevante para a investigação proposta, uma vez que o científico, por conta da sua relação com um regime de verdade (Foucault, 1989) pode também contribuir para a rarefação discursiva.

Essas observações nos levam a concluir que escrever no interior da academia não é tarefa fácil, pois o sujeito se encontra atravessado por diferentes formações discursivas que interferem em sua memória do dizer. Seu desafio é, portanto, recorrer ao que já foi dito antes e em outro lugar para deslocá-lo e assegurar o novo. Reconhecer e articular essas instâncias é fundamental para que a teoria faça sentido.

Referências

- BALDINI, Lauro. ZOPPI-FONTANA, Mónica. A análise do discurso no Brasil. **Décalages**, v. 1, n. 4, p. 1-20, jan. 2014. Disponível em: <http://scholar.oxy.edu/decalages/vol1/iss4/22>
- BRAGA, Sandro. O sujeito submetido à língua escrita sob o viés dos gêneros acadêmicos: é possível ser autor na posição-sujeito aluno-universitário? In: FLORES, G.; NECKEL, N.; GALLO, S. (orgs.). **Análise do Discurso em rede: cultura e mídia**. Campinas: Pontes, 2015, p. 127-154.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.
- LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. A autoria no enlace equívoco das posições de sujeito. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 1, p. 238-250, jan./jun. 2015. DOI: <https://doi.org/10.17058/rea.v23i1.5790>
- ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 2. ed. Campinas: Pontes, 1987.
- ORLANDI, Eni. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2013.
- PAULILLO, Rosana. Procedimentos de Análise do Discurso Reportado. In: CHAIA, V.; RESENDE, P.; RODRIGUES DE ANDRADE, L. (orgs.). **Análise do Discurso Político**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 1993.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- PÊCHEUX, Michel. **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- PEREIRA, Marcos. A escrita acadêmica do excessivo ao razoável. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 52, p. 213-144, jan./mar. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782013000100013>
- SENEM, Janaína. **Da inscrição do sujeito na escrita acadêmica**. Orientador: Sandro Braga. 162f. 2017. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, UFSC, Florianópolis, 2017.

Recebido em: 31 de agosto de 2024

Aceito em: 8 de outubro de 2024